



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	Neutralidade de conteúdo na internet: a relação entre filtros personalizados e democracia
<b>Autor</b>	EVANDRO RABELLO DA SILVA
<b>Orientador</b>	FABIANO MENKE

O presente trabalho busca analisar tópicos acerca da regulabilidade da arquitetura da internet (através do *code* – o código-fonte) e seus possíveis desdobramentos em fatores sociais relevantes à democracia, como processos de decisão, comunicação e conhecimento. Considera-se o panorama atual de discussões em torno do tema por parte de governos para trazer ao debate a relevância de disposições textuais positivadas no sistema jurídico brasileiro correlacionadas à neutralidade de conteúdo em espaços virtuais. Por exemplo, normas programáticas e garantidoras de direitos presentes no recente Marco Civil da Internet. A investigação desdobra-se a partir de uma abordagem dedutiva e dialética, sob o pressuposto teórico *discursivo* do direito. Para isso, utilizou-se pesquisa bibliográfica na área de ciências jurídicas e ciências sociais, assim como pesquisa legal e jurisprudencial. Constatou-se que os filtros personalizados e a maior precisão de coleta de dados pessoais individualizam a experiência do usuário na internet, inserindo-o em uma “bolha-de-filtros”, que, apesar do benefício do curadorismo, traz consequências pessoais, culturais e sociais. A esfera pública, na qual ocorre o diálogo entre facticidade e validade, é diretamente afetada pela i) potencialização dos vieses individuais de confirmação, ii) a mediação invisível dos meios de comunicação (via *code*), iii) o determinismo informacional e iv) o desaparecimento gradual da *serendipidade* (capacidade de fazer descobertas importantes ao acaso) e da privacidade, assim como diversos outros problemas advindos da manutenção e propagação de filtros personalizados na internet. É o caso do direito entender essas dinâmicas e regulá-las a fim de reconstruir a neutralidade instrumental da internet, entendida pelo pesquisador como direito coletivo.